

RESENHAS

O TRABALHO INVISÍVEL. Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil

ABREU A.R., SORJ. B. (orgs.)

Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993. 132 páginas.

A crise e a profunda reestruturação social e econômica que se processa no seu lastro recolocaram na ordem do dia a releitura de uma gama variada de relações de produção e de trabalho antes amalgamadas *par défaut* no chamado setor informal. Tudo que escapava ao assalariamento formal e ao modelo fordista de produção, considerado como a forma definitiva de organização científica do trabalho, era assimilado à informalidade, recebendo o selo de não-capitalista. Todas as tarefas e funções desenvolvidas no âmbito do espaço doméstico, externas, portanto, à fábrica, e majoritariamente exercidas por mulheres, davam contorno a essa atividade *invisível*, conforme indica o título da coletânea organizada por Alice de Paiva Abreu e Bila Sorj, reunindo estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil, com a colaboração de mais quatro autores: Roberto Ruas, Maria Izilda Santos de Matos, Cristina Bruschini e Sandra Ridenti.

A crise do fordismo, a emergência de um novo padrão de produção flexível, em oposição à produção de massa, e os desafios que se colocam para a retomada do crescimento econômico no Brasil hoje tornam essa coletânea oportuna, referencial e inovadora. Oportuna, por atualizar o debate sobre a oposição mercado de trabalho formal *versus* informal, que alimentou dualidades insistentemente denunciadas mas quase sempre recriadas, e, de maneira funcionalista, pelo próprio exercício de classificação, inerente ao rigor do trabalho intelectual. Referencial, por apoiar-se em pesquisas de campo detalhadas e bem construídas, que conseguem dar unidade à diversidade das configurações analisadas. Inovadora, por incorporar, na maioria dos estudos realizados, a dimensão de gênero enquanto elemento constitutivo das característi-

cas do trabalho a domicílio; forma, na verdade, de divisão sexual do trabalho, na medida em que é "uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo" (p.13), conforme corroboram as estatísticas apresentadas.

O primeiro artigo, de autoria das organizadoras, ambas professoras do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, aborda o trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas. Concentra-se em especial nos países do centro, de economias desenvolvidas, onde o trabalho permaneceu, ao longo deste século e por força da organização fordista, "relegado ao cotidiano invisível das donas de casa" (p.12).

Consultando autores como Courault, Solinas Negri, Brusco, Gaudemar, Lallement e Haicault, que estudaram a renovação do trabalho a domicílio como decorrência do processo de descentralização produtiva — ou terceirização — operada pelo capitalismo neste final de século, Abreu e Sorj acumulam informações que redefinem o conteúdo dessa atividade, antes marginal, desqualificada e considerada ilegítima pela classe trabalhadora das grandes empresas e dos grandes centros urbanos e industriais. Agora, ela é também reapropriação do saber e recuperação das vantagens profissionais, que são a contrapartida do trabalho personalizado, como, por exemplo, acontece com muitos autônomos, quase sempre altamente qualificados. É também controle das condições de trabalho em termos de tempo e de remuneração, e expressão de novas formas de cooperação produtiva que estão vinculadas a novas dimensões sociais.

São significados novos que, no entanto, não deixam de ocultar a segmentação que se reproduz, com base nas diferenças de gênero. "A intensa imbricação do universo doméstico com o trabalho remunerado realizado no domicílio não é generalizável aos trabalhadores a domicílio homens. (...) Os trabalhadores masculinos orientam-se para as atividades a domicílio como forma de valorização profissional e conseguem muitas vezes aumentar seu poder de barganha com

relação ao empregador; realizam trabalhos mais qualificados utilizando equipamentos mais sofisticados e sua remuneração é o rendimento principal da família. Já as mulheres que trabalham a domicílio apresentam uma inserção completamente distinta: para elas o trabalho é muitas vezes temporário, as tarefas que realizam não têm qualificação reconhecida, seu poder de barganha junto ao empregador é irrisório e realizam, na imensa maioria, uma dupla jornada de trabalho" (p.24).

Roberto Ruas, por sua vez, recupera as relações de subcontratação no contexto das novas formas de organização industrial, através das "redes clientes-fornecedores". Após classificar tais relações em *trabalho a domicílio distribuído*, bastante presente nos segmentos produtivos mais tradicionais, e *trabalho a domicílio em pequenos empreendimentos familiares*, legalizados ou não, cuja novidade é apresentar um padrão mais rigoroso e qualificado de trabalho, Ruas vai-se deter no caso da indústria de calçados no Brasil — setor que vem sendo submetido a novos critérios de performance pelo acirramento da competitividade em nível internacional.

Ao contrário do que se observa em algumas regiões progressistas da Europa e dos Estados Unidos, onde essa nova inserção internacional de pequenas e micro-empresas possibilita o surgimento de formas renovadas de subcontratação, apoiadas na qualidade e na regularidade do trabalho familiar a domicílio, no Brasil "os padrões de gestão desses ateliês continuam precários, prejudicando, na própria base, o aprimoramento dos níveis de eficiência, qualidade e rapidez na produção de calçados" (p.40).

Faltou ao artigo, no entanto, mencionar por que entre nós a implantação de um novo padrão de colaboração entre clientes e fornecedores não vinga, quais os obstáculos que impedem que essa terceirização mais progressista tenha o mesmo sucesso entre nós. O problema estaria do lado da pouca tradição e da desqualificação dessa mão-de-obra artesanal?

Ou seria decorrente da natureza das relações entre clientes e fornecedores, que se limitam a um repasse de custos para as firmas clientes, com base numa exploração altamente predatória do trabalho?

Dois outros artigos tratam do trabalho a domicílio na costura, trabalho sexuado, porque marcadamente feminino. A costura, enquanto profissão, implica uma gama bastante ampla de qualificação, que vai desde raras profissionais qualificadas até aprendizes e operárias sem experiência acumulada.

Em "As Costureiras externas do Rio de Janeiro", Sorj e Abreu exploram o papel das ideologias de gênero na construção de uma atividade produtiva. Ou seja, o exercício profissional é regulado pela divisão sexual do trabalho. Trabalho a domicílio e vida familiar estão intrinsecamente ligados, o que explica o fato de a grande maioria das mulheres entrevistadas ser casada (ou vivendo maritalmente), em idade produtiva, com filhos com menos de 15 anos. São as qualidades da vida reprodutiva que forjam as qualidades da trabalhadora, a saber: estabilidade, autodisciplina, responsabilidade, compromisso, seriedade. Nesse processo de domesticação do trabalho produtivo, realizado nos intervalos de tempo e no espaço disponível da casa, o aprendizado se faz naturalmente de geração a geração. Delineiam-se trajetórias femininas em que o pouco de autonomia que o trabalho por conta própria poderia garantir não chega a ser compensado pelo alto grau de subordinação e controle a que estão submetidas as costureiras.

Nesse sentido, o trabalho a domicílio de agulha não perdeu muitas de suas características essenciais, do século XIX, primórdio da industrialização brasileira, como informa outro estudo do livro, o de Maria Izilda Santos de Matos, sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café. Para as mulheres, o desafio parece permanecer o mesmo: conciliar atividades domésticas com trabalho remunerado, este estando, na prática, subordinado na forma, no tempo e no espaço àquele. Maria Izilda destaca aspectos, no-

tadamente técnicos e relativos à sazonalidade da produção agro-exportadora, que naquela época limitaram a costura à máquina da sacaria, tornando tal atividade uma frente de ocupação feminina. Segundo a autora, também "houve resistência das mulheres ao trabalho fabril" (p.66). É nesse ponto que identificamos, mais uma vez, o papel das ideologias de gênero na construção das atividades produtivas, que foram amplamente usadas pela própria classe trabalhadora na constituição de uma identidade de classe que se forjou apenas no masculino. Mulheres não deveriam ser operárias, classe histórica detentora de um projeto social e político. Ou melhor dizendo, não *poderiam*... Daí o discurso da imprensa operária que enfatizou a figura das "mulheres indefesas", contrastando de forma flagrante, como bem observa Maria Izilda, com o cotidiano das costureiras de sacaria, habituadas ao trabalho duro e a uma longa jornada de trabalho.

É interessante constatar que, apesar da força do discurso higienista — que na passagem do século vinha preparando o terreno para a implantação do modelo fordista de produção, com controle excessivo do trabalho e do trabalhador, através da separação rígida entre casa e fábrica, e, por isso, com evidente rechaço ao trabalho domiciliar — nem por isso essa pretensa "anomalia" desapareceu. O reforço do papel feminino de mãe e esposa, como pressuposto de um novo modelo de família, só fez, de fato, reafirmar o trabalho a domicílio como possibilidade produtiva para as mulheres.

Bruschini e Ridenti assinam o último texto, intitulado "Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo". Nele, saímos do universo das camadas trabalhadoras populares e descobrimos a diversidade de situações que perpassa as mais distintas categorias sociais, vendo o trabalho a domicílio recharacterizado na grande metrópole. Após uma releitura rigorosa e extensa dos autores que têm abordado no Brasil a realidade e a complexidade do trabalho a domicílio, as autoras fazem, com muita nitidez, uma radiografia da atividade domiciliar, com base no setor

(produção-comércio e serviços) e na classe social. São quarenta entrevistas com mulheres de diferentes níveis sociais que exercem atividades econômicas por conta própria no espaço do lar. Os resultados são minuciosamente analisados, tornando possível apreender semelhanças e distinções.

No caso dos elementos comuns, estamos num universo de mulheres majoritariamente casadas, com mais de 40 anos, com filhos que requerem atenção e cuidados. As atividades investigadas se realizam regular e cotidianamente, sempre articuladas às funções domésticas, sugerindo ter sido o trabalho a domicílio imposto pela necessidade, para a maior parte das entrevistas. A livre escolha é exceção, mesmo para mulheres da classe alta e média. Entretanto, fica patente que "qualquer que tenha sido o motivo que levou uma entrevistada a assumir um trabalho domiciliar, pode-se dizer que a maioria delas o fez a partir de uma atividade com a qual já estava familiarizada em virtude de sua condição de sexo, como costurar, cozinhar, cuidar de crianças..." (p.103). Da mesma forma, raramente há um treinamento prévio ou aprendizado específico na capacitação dessas mulheres, tão diferentes entre si aparentemente, se considerados os níveis de renda e a escolaridade. Tampouco há limites claros entre jornada de trabalho, lazer e vida familiar, o que tende a dificultar a identificação dessa atividade como verdadeiramente produtiva e econômica: cálculos de custos e definição de preços são pouco criteriosos, os rendimentos auferidos diluídos e pouco visíveis, a menos que se trate de uma mulher sozinha chefe de família.

Do lado das diferenças, graus bastante variados de profissionalismo separam tais mulheres. Como isso se explica não fica, no entanto, muito claro. Talvez a ausência, para a maioria delas, de um projeto para o futuro. Nesse sentido, as recentes constatações de Marina Massi em seu livro *Vidas de Mulheres* (Rio de Janeiro: Imago, 1992) parece oferecer elementos adicionais de compreensão. Nele, a autora aponta a inexistência de um projeto de vida com contornos mais

ou menos explícitos para as mulheres que ouviu, todas elas também vivendo na grande metrópole paulista, detentoras de um diploma de nível superior e tendo vivenciado a experiência do casamento e da maternidade.

Sem dúvida a impossibilidade da construção individual de um projeto de vida, que tenha na profissão um dos seus elementos constitutivos, é um dos traços marcantes da descontinuidade do trabalho feminino, qualquer que seja sua configuração. No caso do trabalho domiciliar, onde é necessário conciliar o inconciliável, para diminuir as tensões que afetam as relações contraditórias entre os sexos e que aparecem como "disfuncionais" para a vida familiar, a invisibilidade — que dá o nome à coletânea — talvez seja antes o apagamento da memória da virtualidade de um projeto, do que propriamente o não reconhecimento de um trabalho. Trabalho invisível? O mais correto é, provavelmente, dizer profissão impossível.

Lena Lavinas

DE PIAGET A FREUD. A (Psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber

LEANDRO DE LAJONQUIÈRE

São Paulo: Vozes, 1993

Por que certas crianças "normais" e inteligentes não conseguem aprender? Por que incorrem sempre nos mesmos erros apesar das inúmeras correções e explicações dos professores? O que impede este ou aquele aluno de acompanhar sua classe, ou seja, outras crianças que supostamente se encontram no mesmo nível de desenvolvimento ou pertencem à mesma faixa etária?

Estas questões levantadas por pais, professores, psicólogos e outros profissionais que trabalham com

crianças em situações nas quais intervêm processos de aprendizagem, constituem o ponto de partida do trabalho de Leandro de Lajonquière.

Apoiando-se no "caso Alicia", o autor procura definir o estatuto dos erros nas aprendizagens, discutindo aspectos básicos dos quadros teóricos piagetiano e psicanalítico. Por exemplo, o que impediria uma garota de 10 anos de conservar a quantidade de fichas colocadas em correspondência termo a termo, formando uma fileira de pretas e outra de brancas, quando se introduz apenas variações de ordem espacial em uma dessas linhas e se lhe pergunta: "Há ainda a mesma quantidade de fichas nas duas fileiras? Onde há mais?" E, sobretudo, como explicar que, em um dado momento, Alicia — considerada "tonta" pela escola e pela família — responda segundo um postulado de conservação: "Parece que tem mais pretas que brancas, porém há a mesma quantidade... parece alguma coisa, mas não é... talvez eu pareça tonta, mas não seja"?

A discussão desse caso constitui o fio condutor das reflexões de Leandro de Lajonquière sobre as vicissitudes dos erros nas aprendizagens com vistas à elaboração de uma "(psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber". As questões levantadas conduzem o autor, em um primeiro momento, a uma incursão pela teoria psicogenética piagetiana. Ele expõe de forma clara e muitas vezes bem humorada as principais idéias do pesquisador genebrino e seus colaboradores mais próximos, não apenas em relação às aprendizagens, mas sobretudo a respeito dos mecanismos em jogo na construção de conhecimentos: a equilibração, as contradições, a tomada de consciência, a abstração reflexiva e reflexionante. Esses últimos aspectos, estudados por Piaget na década de 70 e fundamentais para explicar a passagem de um nível de conhecimento a outro, continuam pouco discutidos no Brasil, onde a maior parte dos trabalhos inspirados na obra de Piaget se fundamentam no estudo das estruturas cognitivas enfatizadas pelas pesquisas clássicas da Escola de Genebra. Leandro de Lajonquière